

## HISTORIOGRAFIA E VISADA ÉTICA: HAYDEN WHITE E OS PASSADOS PRÁTICOS

Walderez Simões Costa Ramalho<sup>1</sup>  
Doutorando em História  
Universidade Federal de Ouro Preto  
[walderezramalho@gmail.com](mailto:walderezramalho@gmail.com)

Augusto Martins Ramires<sup>2</sup>  
[martinsramires@gmail.com](mailto:martinsramires@gmail.com)

Letícia Almeida Ferraz  
[leticiaaferraz@hotmail.com](mailto:leticiaaferraz@hotmail.com)

**Resumo:** Este artigo propõe uma reflexão teórica acerca dos *passados práticos*, conceito que Hayden White lançou em seus últimos trabalhos. Nossa interpretação buscou integrar tanto os textos White, como de historiadores nacionais e estrangeiros que trataram dessa mesma noção, para então lançarmos nossa hipótese, segundo a qual a pertinência teórica da proposta whiteana encontra limites significativos, mas que não deve ser descartada de todo por apresentar um chamado ético fundamental para os historiadores. Esse chamado passa por uma reaproximação entre história e literatura, um dos principais pontos do argumento de White. O artigo se estrutura em três passos: apresentar a ideia de passado prático e sua diferença com o passado histórico segundo White; relacionar essa proposta conceitual com a obra precedente do historiador estadunidense; e fazer um balanço crítico dessa proposta, avaliando as possibilidades e limites de sua aplicação para a História da Historiografia.

**Palavras-chave:** Teoria da História, História da Historiografia, Ética, Representação, Literatura.

**Abstract:** This article aims to discuss Hayden White's proposition about the *practical pasts*, which has been developed in his latest works. In this interpretation, we sought to integrate both the Hayden White's works and texts from Brazilian and foreign historians who dealt with this very concept, and from this dialogue we propose our hypothesis, namely that the theoretical relevance of this whitean proposition finds substantial limits, but it cannot be totally discarded for it involves an important ethical claim to the historians. This claim goes through a rapprochement between history and literature, one of the main points of White's argument. This article is structured in three steps: to present the idea of practical past and its difference with the historical past according to White; to relate this conceptual proposal with the Hayden White's previous work; finally, to make a critical balance in order to evaluate the limits and possibilities of its application to History of Historiography.

**Keywords:** Theory of History, History of Historiography, Ethics, Representation, Literature.

**Artigo recebido em:** 23/04/2018

**Artigo aprovado em:** 29/11/2018

---

<sup>1</sup> Agência Financiadora: Fapemig

<sup>2</sup> Agência Financiadora: Fapemig

## Introdução

*As ideias relacionam-se com as coisas como as constelações com as estrelas. Isto significa desde logo que elas não são nem os conceitos nem as leis das coisas (...) o significado dos fenômenos para as ideias esgota-se nos seus elementos conceituais (...). As ideias – na formulação de Goethe: os ideais – são as Mães fáusticas. Permanecem obscuras se os fenômenos não se reconhecerem nelas e não se juntarem à sua volta. Cabe aos conceitos agrupar os fenômenos.*

Walter Benjamin, *Origem do drama trágico alemão*.

Para introduzir nossa discussão, retomemos a conhecida “alegoria das constelações” que Walter Benjamin apresentou no prefácio de sua obra sobre o drama trágico alemão. Conforme sintetiza nossa epígrafe, Benjamin se refere às ideias como constelações; as estrelas correspondem aos fenômenos; e as linhas que ligam as estrelas entre si, os conceitos. Reter essa imagem nos interessa para formular nossa interpretação sobre a reflexão que o historiador estadunidense Hayden White (1928-2018) desenvolveu em seu mais recente livro, *The practical past* (2014).

A adequação da alegoria se faz notar no fato de que o propósito fundamental de Hayden White foi de buscar, através da noção de “passados práticos”, enriquecer toda uma reflexão sobre uma ideia mais geral, a saber, o que a historiografia faz e o que ela deve fazer para representar adequadamente o passado. Certamente, o encaminhamento dessa reflexão envolve também uma série de conceitos e abordagens que White desenvolveu ao longo de sua longa e consagrada carreira. Isso implica reconhecermos que, por um lado, o conceito de passados práticos é melhor compreendido quando relacionado com a obra de White como um todo; e por outro, devemos entender que os argumentos contidos em *The practical past* não estão organizados para uma descrição densa sobre um conceito teórico, senão que realizam um jogo com uma ideia mais geral sobre os problemas da representação e as múltiplas instancias articuladas na escrita da história.

Herman Paul, um dos principais estudiosos da obra de Hayden White, concorda com essa forma de interpretar o livro sobre os passados práticos:

Pode-se mesmo dizer que nessa noção [passados práticos], White procura integrar um grande número de ideias-chave ao longo de seus 50 anos de carreira como um teórico da história: deliberação vis-à-vis um fardo do passado, a incapacidade da história profissional acadêmica em prover orientação moral no presente, e a necessidade por

alternativas inspiradas no modernismo que nos ajudem a lidar com nossas atitudes, emoções, e responsabilidades para com o passado (PAUL, 2011, p. 144)<sup>3</sup>.

Tendo em vista essa maneira de encarar o texto de Hayden White, procuraremos interpretar criticamente as reflexões que esse autor mobilizou em seus últimos trabalhos. Faremos isso seguindo três passos. Primeiro, apresentamos os principais significados que concernem à diferenciação entre passados práticos e passados históricos. A seguir, veremos como essa chave conceitual se relaciona com a obra precedente do historiador estadunidense. Por fim, faremos um balanço crítico dessa proposta, tendo em vista avaliar as suas possibilidades e limites de aplicação para a pesquisa histórica – em especial, para a História da Historiografia.

### O par prático-histórico

Como já havia demonstrado em *Metahistory* (1973) e *The content of the form* (1987), White reafirma em *The practical past* sua posição de que a constituição da História como disciplina científica implicou uma "domesticação" da imaginação histórica no mundo ocidental. Essa domesticação se fundamentou em duas bases principais: por um lado, a historiografia acadêmica naturalizou a ideia de que o passado, o presente e o futuro mantém fronteiras claras e definitivas entre si, como se fossem lugares fixos do tempo<sup>4</sup>; por outro lado, essa mesma historiografia definiu que o passado deveria ser estudado em seus próprios termos, e não a partir dos interesses e demandas próprios da situação do historiador. Consequentemente, essa historiografia científica, que se institucionalizava e buscava garantir-se como um saber metodologicamente organizado, acusava de "irrealista" as ideologias utópicas de transformação social; "burguesa" por excelência, ela colocava como valor superior os ideais de objetividade e neutralidade, tornando-se um repositório de interpretações "realistas" do passado a serviço do *status quo* e legitimado pelo Estado nacional (AVILA, 2018).

Essa domesticação da imaginação histórica conformou o caráter de cientificidade do trabalho do historiador sob a égide de um ideal de "objetividade". Este, por sua vez, apresentava critérios específicos: compromisso com a verdade (no sentido de correspondência); separação

---

<sup>3</sup> As citações retiradas dos textos em língua estrangeira foram todas traduzidas por nós.

<sup>4</sup> Para uma crítica à concepção de tempo a partir da ideia de "lugar", ver CARVALHO, 2017.

clara entre sujeito e objeto, valores e fatos, história e ficção; o passado entendido como imutável e irrepitível, cujos processos e fatos são antes encontrados pelo historiador, e não criados por ele; por fim, a distinção clara entre passado e presente, sendo que o historiador deveria estudar o passado em seus próprios termos, apaziguando as relações afetivas do historiador pela superação da distância temporal entre ele e seu “objeto”. Paralelamente, conformou-se uma forma de representação narrativa adequada a tais intenções, amplamente estudada pelo próprio Hayden White desde *Meta-história*.

O adágio rankeano sintetiza o que ficou como a tarefa fundamental do historiador<sup>5</sup>. Vale acrescentar que o mesmo Leopold von Ranke desempenhou um papel importante na estabilização da forma dominante de representação histórica, isto é, a utilização das técnicas narrativas desenvolvidas pelo realismo literário do século XIX na historiografia. Naquele momento, essa era a forma de representação disponível para lidar com o passado, em conjugação com os ideais de cientificidade próprios daquela época<sup>6</sup>. Ora, é justamente esse modo de representar o passado que Hayden White, apropriando-se da proposta inicialmente lançada por Michael Oakeshott (1933), chamou de *passado histórico*. Contudo, essa noção não se faz entender sem o seu par dialético, isto é, o *passado prático*.<sup>7</sup>

A diferenciação entre passado prático e passado histórico remete a uma interpretação conhecida de Hayden White, segundo a qual a historiografia passou, a partir do século XIX, por um progressivo distanciamento entre história e literatura e, paralelamente, também entre ética e epistemologia. Sua proposta teórica deve ser interpretada sob esse ponto de vista. O passado histórico, como vimos, refere-se àquele aspecto ou fração do passado estudado pelos

---

<sup>5</sup> "Atribui-se à história a tarefa de julgar o passado, de instruir o presente em prol das gerações futuras. O presente estudo não se atribui tarefa tão elevada: limita-se a mostrar como as coisas efetivamente aconteceram (*Wie es eigentlich gewesen*)". (RANKE *apud* RICOEUR, 2010, v. 3, p. 272, nota 1). Para Ricoeur, este famoso princípio rankeano exprime não tanto a ambição de alcançar o passado ele mesmo sem a mediação do interpretante, mas o desejo do historiador de se despojar de suas preferências pessoais, e fazer aparecer as poderosas forças históricas que se revelaram no correr dos séculos.

<sup>6</sup> Segundo afirma Rodrigo Turin, para o caso brasileiro, podemos evidenciar as dimensões da “sinceridade, cientificidade e instrumentalidade” como um *ethos* da historiografia no século XIX e que estes contornos qualificariam a restrição do sujeito enunciante. Ver: TURIN, 2009.

<sup>7</sup> Rebeca Gontijo sugere que a relação entre passado prático e passado histórico deve ser pensada através das categorias de “cultura histórica” e “cultura de história”, implicando uma dialética entre as duas noções. “O argumento apresentado aqui, após a leitura do estudo em questão [a autora se refere à pesquisa de João Paulo Pimenta sobre a Independência do Brasil, PIMENTA et al., 2014.], é o de que os agentes mobilizados em torno do “passado prático” também podem recorrer aos inúmeros materiais utilizados pelos historiadores profissionais, bem como à própria historiografia acadêmica visando obter justificativas para fins diversos no presente.”: GONTIJO, 2014, p. 52.

historiadores, fruto de uma investigação metodologicamente orientada a partir de uma busca pela *verdade* (no sentido de correspondência, *adequatio intellectus et rei*) que supõe a superação da distância temporal e a atenção contra o anacronismo. Segundo White, trata-se do passado que, em princípio, só existiria nos livros de história, pois pressupõe que o intérprete esteja posicionado em um futuro que, a rigor, esse passado não poderia conhecer. Assim, o passado histórico é elaborado a partir do estabelecimento de verdades factuais e empiricamente verificáveis, sob a orientação da questão “isto é verdadeiro?”, e privilegiando o discurso declarativo, da maneira mais “neutra” possível – isto é, pretensamente desvinculado dos interesses do presente.

O passado prático, por sua vez, é de outra natureza. Trata-se daquele passado que as pessoas lançam mão no seu cotidiano, toda vez que se deparam com a questão: “O que eu (nós) devo fazer?”. Trata-se do passado mobilizado para a formação de um julgamento moral e que se apresenta na linguagem pelo discurso performativo. Nesse sentido, White pretende que o passado prático esteja mais próximo da dimensão ética, além de estar fundado numa articulação temporal diferenciada: é o passado que serve ao presente e à ação, visando um certo futuro almejado. De acordo com White:

O passado prático é formado por todas aquelas memórias, ilusões, pedaços de informações vagas, atitudes e valores que o indivíduo ou o grupo invoca da melhor forma que eles podem para justificar, dignificar, desculpar, coibir ou fazer o caso para as ações a serem tomadas no julgamento de um projeto de vida (WHITE, 2010, p. 16).

Enquanto o passado prático apresenta-se a serviço do presente, o passado histórico legitima-se pelo rigor e relevância no interior do próprio campo historiográfico. Inversamente, o impulso ético que dá sentido a essa historiografia é recalcado, em nome de uma certa visão do que seja “científico” e “objetivo”. Nas palavras de White, “isso significou, entre outras coisas, que os historiadores escreviam para outros historiadores ao invés de escreverem para os leigos” (WHITE, 2014, p. 75). A maneira como a historiografia tem se estruturado acabou por encobrir toda uma dimensão do passado que mantém uma vinculação prática com os interesses e necessidades do presente. Esse deslocamento, argumenta White, é uma das principais razões pelas quais a historiografia parece ter perdido a ligação com a sua própria época, a despeito da nossa necessidade existencial de lidar com o passado.

Mas White não para aí. Segundo o autor, ainda é possível fazer com que o historiador supere essas barreiras para representar as dimensões práticas do passado e, assim, demarcar mais fortemente a sua posição no debate intelectual contemporâneo. O caminho proposto é de promover uma reaproximação entre história e literatura, ou, mais especificamente, estimular a utilização das técnicas de representação desenvolvidas pelo modernismo literário – algo que os historiadores têm tradicionalmente ignorado. Isso permitiria ainda uma (re)aproximação entre o passado e o presente, substituindo a universalidade do ideal de verdade-correspondência para uma visão que incorpora a dimensão ética e política de maneira mais decisiva. Conforme esclarece o autor:

O modernismo não apenas estende o alcance do evento histórico horizontalmente, permitindo se espalhar em regiões adjacentes do tempo, ele revela as profundidades do evento histórico, mostrando quantas camadas de significação ele oculta, quão instáveis são as suas pulsões, o quanto ele é resistente à concreção (WHITE, 2014, p. 15).

White pretende que o par prático-histórico seja entendido como “tipos ideais”, cuja função seria fundamentalmente heurística (WHITE, 2014, p. 15). Desse modo, trata-se de categorias formais, isto é, que não se referem a nenhum conteúdo determinado. Elas fazem referência a duas formas idealmente distintas de lidar com o passado, e se apresentam tanto como uma chave crítica dos padrões da historiografia acadêmica em vigor, quanto uma maneira de apontar novos caminhos para essa mesma historiografia.

Contudo, não podemos esquecer de uma tensão importante presente na distinção entre passado prático e passado histórico. Pois ainda que o sentido de um dos termos só seja esclarecido pela delimitação do outro, ao mesmo tempo esse mesmo sentido é justamente o que se subtrai no outro<sup>8</sup>. Em outras palavras, a determinação do passado histórico somente se alcança pelo recalçamento do passado prático; porém, só chegamos a essa compreensão caso admitamos a pertinência dessa mesma distinção. A questão que logo surge é: deveríamos mesmo admitir tal pertinência? A crítica que faremos à proposta sobre os passados práticos partirá desse ponto. Antes, porém, optamos por fazer um pequeno “desvio” em nossa análise, de modo a considerar alguns argumentos que Hayden White desenvolveu ao longo de sua obra, antes de chegar à avaliação sugerida. A intenção dessa via mais longa é identificar alguns

---

<sup>8</sup> Essa é uma das razões pelas quais não podemos entender a relação entre o passado prático e o histórico como uma simples oposição, mas sim de conflito e tensão – voltaremos a este ponto adiante.

elementos que possam enriquecer nossa compreensão sobre a o par prático-histórico, visando alcançar uma situação hermenêutica mais propícia para um balanço crítico.

### **A crítica de Hayden White à historiografia moderna**

Podemos perceber que o par conceitual prático-histórico não se apresenta como um exercício de reflexão meta-teórica apartada da prática da pesquisa histórica. Como bem salientou Arthur Lima de Avila, caso se entenda a proposta de Hayden White a sério, ela poderia “abrir uma possibilidade para repensarmos alguns dos postulados mais amplos de nossa disciplina” (AVILA, 2018, p. 36). Para alcançarmos essa perspectiva, faz-se necessário considerar o conceito também em relação com a obra precedente do historiador estadunidense, de modo a interpretá-lo em relação com a ideia mais geral que o atravessa. Faremos isso concentrando nossa atenção em dois textos específicos, estratégicos para a interpretação que propomos neste artigo. Veremos que a noção de passados práticos funciona tanto como uma nova chave de leitura, como também abarca um viés propositivo mais evidente.

#### *a) O fardo da história*

A crítica desferida por Hayden White ao modo como a historiografia tradicionalmente estuda e representa o passado já é bastante conhecida entre os historiadores. No caso do livro aqui em questão, é interessante notar grandes semelhanças com um ensaio de juventude de White: *O fardo da história*, publicado originalmente em 1966 na revista *History and Theory*. Podemos esclarecer alguns aspectos que a noção de passados práticos envolve através de uma releitura desse texto, ainda que o autor não chegue a utilizar essa terminologia.

No texto de 1966, o autor fez uma das primeiras formulações de uma crítica que perpassará grande parte de sua obra – e que será retomado no livro de 2014 a partir de uma nova chave de leitura. O argumento central de *O fardo da história* aponta para a crescente incapacidade do historiador em oferecer perspectivas e soluções para os problemas que importam à sua própria situação histórica. De acordo com seu diagnóstico, a historiografia acabou se congelando em uma forma de representação que padece de um duplo descompasso: de um lado, em relação aos desenvolvimentos da ciência e da literatura moderna, e de outro, frente ao seu próprio horizonte histórico do qual ela provém mas que parece não mais responder.

Esses descompassos fazem com que o historiador, em vez de contribuir para a tarefa de libertar o presente do “fardo da história”, contribua para torná-lo ainda mais pesado, uma vez que “já não é uma verdade óbvia para a comunidade intelectual como um todo que o estudo desinteressado do passado – ‘a bem do próprio passado’, como diz o clichê – dignifica ou até ilumina a nossa humanidade” (WHITE, 1994, p. 53). Desse modo, prossegue White logo em sequência, a motivação do historiador em fazer um “estudo do passado ‘como um fim em si’ só pode afigurar-se uma forma de obstrucionismo insensato”. Ocupar-se de um “passado morto”, sem uma vinculação mais orgânica com as demandas do presente, não ajuda a torná-lo mais compreensível; torna-se antes um fardo que o historiador deveria, por princípio, contribuir para nos libertar.

O caminho que White oferece é lembrar o historiador de que é preciso estudar o passado não como um fim em si, “mas como um meio de fornecer perspectivas sobre o presente que contribuam para a solução dos problemas peculiares ao nosso tempo” (WHITE, 1994, p. 53). E o modo de fazer isso, segundo o autor, é estimular o historiador para a disposição de “chegar a um acordo com as técnicas de análise e representação que a ciência moderna e a arte moderna têm oferecido para a compreensão das operações da consciência e do processo social” (*Ibidem*, p. 54). Essa exigência também se faz presente no livro de 2014 com uma grande centralidade, ainda que de maneira reformulada. Trata-se, para Hayden White, de fazer o historiador considerar o passado de acordo com as técnicas e até mesmo as questões que a arte e a ciência *da sua própria época* o levam a fazer quanto ao seu objeto de estudo. Afinal, o modo de representação que até hoje guia a maior parte das pesquisas históricas é o do romance realista do século XIX; “mas esse é apenas um dos modos possíveis de representação que se lhe oferecem nos dias de hoje, e mesmo assim trata-se de um modo cada vez menos importante” (*Ibidem*, p. 55).

Em outras palavras, a historiografia “envelheceu”; os historiadores ainda acreditam que a única forma possível de narração histórica é a do romance realista, a despeito das perguntas e modos alternativos que a ciência e a arte moderna desenvolveram ao longo do século XX. Para reformular a historiografia, é fundamental valer-se das técnicas da literatura e da ciência de sua época, de modo a permitir ao historiador voltar-se para as questões de seu próprio tempo. Tal reformulação permitirá que o historiador ocupe um lugar próprio na discussão contemporânea, ao historicizar os seus próprios modos de representar a realidade – em vez de se prender a uma

forma já superada na arte e na ciência. Essa exigência whiteana em historicizar a própria historiografia se faz necessária, “pois somente a história serve de mediadora entre o que é e o que os homens acham que deveriam ser, exercendo um efeito verdadeiramente humanizador” (WHITE, 1994, p. 63).

*b) O evento modernista*

Se seguirmos essa breve “genealogia” do conceito de passados práticos, encontraremos mais uma forma de enxergar a ideia mais ampla da qual ela faz parte. A releitura de *O evento modernista*, publicado originalmente em 1996, ocupa um lugar importante na nossa leitura de *The practical past*. Isso porque esse artigo oferece mais uma razão para entender por quê, de um lado, a historiografia deve ser reformulada para responder aos problemas do seu presente; e por quê, de outro, essa reformulação deve passar pela reaproximação entre história e a escrita literária. Mais especificamente, esse texto apresenta um argumento relativo às condições de possibilidade das histórias que devem ser considerados na interpretação do par prático-histórico.

Logo no começo do artigo de 1996, White afirma que a literatura modernista dissolveu a trilogia evento, personagem e enredo, que fundamentava o romance realista e a historiografia do século XIX. Ora, a escrita da história pode até prescindir do personagem e do enredo (por exemplo, como demonstrou Braudel na sua obra sobre o Mediterrâneo), mas não do evento. A sua dissolução solaparia o próprio conceito de factualidade, e por isso ameaça a oposição entre fato e ficção, base tanto do realismo quanto da historiografia oitocentista.

De acordo com White, a moderna dissolução do evento encontra uma fundamentação na própria realidade histórica aberta pelo século XX. A ocorrência de certos acontecimentos (Barragem do Fundão, Golpe de 2016, Chernobyl, Holocausto, etc.) pressupõe uma série de condicionamentos que jamais poderiam ser imaginados anteriormente – e isso é decisivo para a maneira como pensamos e produzimos a representação. Podemos destacar alguns fatores que compõem as condições de possibilidade para o evento modernista, tais como: o aumento exponencial da população; o avanço técnico-científico; velocidade da comunicação; aquecimento global e a problemática ecológica, entre outros. A emergência desse tipo de evento liberou dimensões da realidade que não eram possíveis até então. Esse quadro levanta uma

questão: teria a historiografia oitocentista condições para responder a eventos de natureza tão distinta?

Nesse sentido, o evento modernista não se subtrai ao mero acontecer e representar, mas sim pelas suas condições de possibilidade que afirmam uma nova configuração histórica. A relação entre passado, presente e futuro assumiu uma nova concepção com a emergência dos eventos modernistas. Ora, se o princípio de objetividade da ciência da história clamava por uma separação entre sujeito/objeto e por uma assunção da busca da verdade pautada em fontes, o passado era entendido de modo diferente do presente. O princípio que orienta o historiador é o de criar “distância” para estabilizar os significados do passado. O evento modernista desafia todas essas estruturas da compreensão histórica, e as fronteiras entre ética e epistemologia histórica tornaram-se mais porosas.

Os eventos modernistas colocam em questão alguns pressupostos básicos das estruturas tradicionais do evento histórico, tal como a noção de agência ou de autoria, ou ainda a dimensão de “já acabado” do acontecimento, que não se adequam de maneira tranquila às categorias e convenções que o século XX viu emergir. Os eventos modernistas não parecem pertencer a um passado distinto do presente, que o historiador poderia reconstituir por meio de uma pesquisa documental, ou por meio de uma representação narrativa linear. Nesse sentido, a denominação de evento “modernista” para este tipo de evento perpassa a dimensão da representação, mas principalmente a tematização do tempo pela escrita modernista. Ou seja, se o modernismo literário é o movimento que tematiza uma nova concepção do tempo em que passado, presente e futuro se amalgamam na narrativa, sem estabelecer fatos nítidos que configuram uma estória com início, meio e fim; assim, o evento modernista assume a mesma característica, potencializado e organizado por suas condições estruturais, o que levanta um problema para a sua representação. Daí, por exemplo, a onda crescente de se falar hoje nos “passados que não passam”. Percebe-se, portanto, que a discussão de White não é exatamente de saber se um fato realmente ocorreu (como na discussão sobre o Holocausto, de que foi alvo de críticas em grande medida injustas)<sup>9</sup>, mas sim em saber quais as suas condições de possibilidade e como representá-lo de maneira mais adequada.

---

<sup>9</sup> Um exemplo bem conhecido e discutido encontra-se nos dois ensaios finais, escritos respectivamente por Hayden White (“Enredo e verdade na escrita da história”) e Carlo Ginzburg (“O extermínio dos judeus e o princípio da realidade”), que se encontram na coletânea organizada por MALERBA, 2006.

O que estou sugerindo é que as inovações estilísticas do modernismo, nascidas como foram de um esforço para se ajustar à perda antecipada do peculiar senso de história, que o modernismo é sistematicamente criticado por não possuir, podem proporcionar melhores instrumentos para representar eventos modernistas (e os eventos pré-modernistas, pelos quais temos um típico interesse modernista) do que as técnicas de contar histórias, tradicionalmente utilizadas pelos historiadores para a representação de eventos do passado, presumivelmente cruciais para o desenvolvimento da identidade de suas comunidades. (WHITE, 1999, p. 214).

### **Passados práticos e históricos: uma oposição?**

Os argumentos contidos em *O fardo da história* e *O evento modernista* nos auxiliam para alcançar nossos objetivos. Revelou-se que o problema que motiva a proposta sobre os passados práticos e históricos – qual seja, o descompasso entre história e literatura em função da permanência de uma noção congelada de objetividade – já vem sendo pensado por White desde os anos 1960. Além disso, a emergência dos eventos modernistas, com sua estrutura peculiar em relação ao mundo histórico precedente, indica novas condições de possibilidade das histórias que, por sua vez, demandam um esforço para representar outras camadas da realidade que vão além dos limites estabelecidos pelo “passado histórico” legado pelo século XIX.

A noção de passados práticos é melhor compreendida no diálogo com esses textos, articulando-se nessa constelação de conceitos e questões que Hayden White trabalhou ao longo de sua carreira. Visto dessa perspectiva, podemos afirmar que o par conceitual funciona tanto como uma nova chave interpretativa para White pensar a (história da) historiografia, e também como uma maneira de apontar para novas possibilidades de superação do descompasso acima referido, isto é, que o caminho para reaproximar história e literatura deveria ser conjugado com um deslocamento dos limites entre ética e epistemologia.

Em *The practical past*, o tom da crítica de Hayden White é abertamente polêmico, como é próprio de seu estilo. O autor afirma que o passado histórico, da forma como se apresenta hoje, é de pouco ou nenhum interesse para a vida prática. Essa situação leva o historiador a sustentar sua autoridade em bases de objetividade, mas ao preço de sacrificar a dimensão prática (ético-política) de seu trabalho. Existe, portanto, uma tensão dialética entre passado histórico e passado prático. Ironicamente, quanto mais a história teve sucesso em transformar-se em um tipo de ciência, objetivista, empiricista, particularista, mais esse conhecimento do passado se afastou da realidade social que o produz.

Contudo, cremos que essa cisão entre passado histórico e prático não deve ser incorporada sem reservas. O argumento de White não é o de simplesmente abandonar a pretensão de oferecer um relato verdadeiro do que efetivamente ocorreu, mas defender uma (re)aproximação entre as duas formas do passado. Isto é, o estudo do passado deve se pautar não apenas pela questão "isto é verdadeiro?", mas também de assumir um engajamento ético mais evidente, por sua vez centrado na questão "o que eu (nós) devo fazer?". Só assim podemos recuperar uma ligação mais orgânica entre passado e presente e perceber o "presente como história" para, então, sermos capazes de produzir visões e imaginações sobre o futuro – tanto a nível individual, como em relação a projetos políticos de grande alcance.

A proposta de White passa, portanto, em revitalizar os elos de ligação entre a historiografia e o modernismo literário, e isso como um caminho para repensar as relações entre epistemologia e ética, e também como forma de “renegociar as fronteiras”<sup>10</sup> entre passado, presente e futuro – requisito necessário para lidar com os eventos modernistas e contribuir para a tarefa de libertar o presente do fardo da história. O evento modernista, por sua própria tendência de borrar as fronteiras entre fato e ficção e entre passado e presente, parece resistir ao tratamento narrativo convencional, com início, meio e fim. Mas, conforme argumenta White, esta não é a única maneira de a historiografia representar o passado.

A noção de “anti-narrativa” nos fornece um exemplo interessante. Pense-se, por exemplo, no filme *Amnésia* (2000), dirigido por Christopher Nolan. O retorno de cenas que se desenvolvem sem se basear exclusivamente na linearidade é o artifício usado pelo diretor para representar o modo como o protagonista experimenta o tempo após sofrer um trauma que o fez perder a capacidade de armazenar novas memórias – o que os neurocientistas chamam de “amnésia anterógrada”. A sugestão aqui é que certas experiências resistem a um tratamento narrativo convencional, o que não significa, porém, que o filme perca em coerência e capacidade de nos dizer alguma coisa – ou, como diria Gadamer, que seja capaz de produzir no leitor uma *experiência de verdade*. O retorno às cenas, vistas de diferentes perspectivas, acrescentam cada vez mais camadas de significação, que não dependem da sequencialidade narrativa linear. O ponto do argumento de White é encorajar os historiadores a aplicar e experimentar essa e outras técnicas de representação no seu próprio *métier*.

---

<sup>10</sup> Tomamos de empréstimo essa expressão utilizada por BEVERNAGE e LORENZ, 2013.

Destarte, devemos relativizar a ideia de que passado histórico e passado prático estejam separados tão radicalmente, ainda que por vezes isso seja sugerido em *The practical past*. Isso levanta uma questão: não haveria então a necessidade de avaliar a pertinência da própria distinção? Após percorrermos o “desvio” proposto, é chegado o momento de tecer uma avaliação mais crítica de sua pertinência teórica. Teremos em vista as possibilidades e limites que o par prático-histórico oferece para a História da Historiografia

### **Os passados práticos e a História da Historiografia**

Desde que Hayden White começou a falar sobre os passados práticos, não tardou para que os historiadores reagissem a sua proposta, variando desde as leituras mais positivas e entusiasmadas, até as mais críticas e reservadas. No que tange à historiografia brasileira, a proposta de White foi recebida com certo teor crítico, uma vez que essa separação entre passado prático e passado histórico se mostra um tanto problemática. Rodrigo Turin (2016) afirma, ao tratar dos problemas enfrentados pela disciplina histórica, que esta transita de maneira tensa entre o passado prático e o passado histórico.<sup>11</sup> Pedro Caldas (2013) e João Ohara (2015) afirmam que o deslocamento do passado histórico para o passado prático é, de fato, relevante para se pensar a disciplina histórica hoje. Tal deslocamento não significa necessariamente o abandono da disciplina, mas oferece novas formas de compreender outros passados, principalmente ao evidenciar a literatura como um caminho fundamental para o resgate da dimensão prática do passado. Dessa forma, podemos afirmar que esses autores não se preocupam em fazer uma mera abordagem conceitual, ou ainda, tomar o par whiteano de maneira acrítica; o que eles propõem é pensar nos novos caminhos que se abrem para compreender o lugar da História enquanto disciplina, ao mesmo tempo em que questionam o uso indiscriminado dessas categorias.

---

<sup>11</sup> De acordo com Turin: “Pode-se dizer, assim, para fazer uso das categorias - ainda que bastante problemáticas - propostas recentemente por Hayden White, que a disciplina histórica hoje parece transitar de modo tenso entre o passado histórico (ou, eu preferiria dizer, um passado disciplinar) e o passado prático. Um passado histórico (ou disciplinar), cujas razões práticas vinculam-se às próprias condições de sobrevivência e reprodução da disciplina e do historiador no sistema universitário e escolar; um passado prático, constituído pelas pressões de um cenário marcado pela difusão e ampliação dos meios de representação do passado, pelos efeitos da aceleração social e pela globalização das memórias sociais e nacionais” (TURIN, 2016, p. 19).

Afirmamos na introdução que não é nosso interesse fazer uma crítica estritamente conceitual de sua proposta, já que se tratava de perceber como ela funciona no conjunto da obra do historiador estadunidense e pensá-lo desde essa perspectiva. Nesse sentido, optamos por deixar de lado uma comparação entre o sentido de “passados práticos” em Michael Oakeshott e Hayden White<sup>12</sup>. Mesmo assim, essa escolha não nos exime de perguntar se e em que medida o par conceitual poderia ser operacional para a pesquisa histórica. Isso passa, por um lado, em verificar se a distinção entre essas formas do passado realmente aparece na História da Historiografia, e por outro, em identificar o que essa proposta poderia de fato oferecer para o trabalho do historiador.

Nosso propósito aqui é construir uma interpretação que seja ao mesmo tempo crítica e que reconheça a sua importância no debate contemporâneo. Faremos isso a partir de dois movimentos. Primeiro, vamos expor os principais problemas que, a nosso ver, envolvem o par passado prático e passado histórico. A seguir, apresentaremos uma saída que não seja a de descartar completamente o argumento de White, por meio de uma aproximação com a hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer.

#### a) *Os passados práticos e a História da Historiografia*

Como vimos, o conceito de passados práticos está fundamentado numa certa concepção sobre a história da historiografia. De uma maneira geral, White acredita que desde a formação da ciência histórica no século XIX, os historiadores não foram capazes de renovar e ampliar as suas práticas de representação do passado com a profundidade necessária. Conforme lembramos acima, já em 1966 White apontava para o descompasso que marcava a historiografia, a qual teria se fechado em concepções de tempo, verdade e escrita que já não eram os mesmos da arte e da ciência do século XX. Esse diagnóstico mantém-se presente no livro de 2014 e constitui o pano de fundo da apresentação do conceito aqui em jogo.

Podemos até concordar que a historiografia não se atualizou com a intensidade que White desejava. No entanto, custa-nos convencer que as produções históricas do nosso presente sejam fundamentalmente da mesma natureza que aquelas dos anos 1960, quanto mais do século XIX. Bastaria lembrar o lugar que o tema das “histórias nacionais” tem ocupado ao longo desse período; ou então a ampliação de objetos possíveis e mesmo de novas formas de

---

<sup>12</sup> Mesmo porque essa análise já foi feita por outros historiadores, como LORENZ, 2014.

apresentação/representação desenvolvidas durante os Novecentos – largamente celebradas por muitos historiadores, inclusive<sup>13</sup>.

Assim, se o propósito do par prático-histórico era permitir uma crítica à historiografia acadêmica tradicional, fica em questão se ela realmente é adequada para cumprir tal objetivo. E isso porque a proposta de White está fundamentada em uma concepção que é em grande medida “envelhecida” sobre a história da historiografia, pois tende a ignorar inovações significativas ocorridas nos últimos anos<sup>14</sup>. A historiografia que temos hoje já não é a mesma do século XIX; por exemplo, muitas pesquisas têm se ocupado das representações não acadêmicas do passado desde um ponto de vista que rejeita tratá-las como se fossem inferiores à historiografia acadêmica – utilizando-se, por exemplo, da noção de “cultura de história”<sup>15</sup> e de “historiografias populares”. Essa dificuldade foi identificada por Chris Lorenz como um sinal da “insuficiência” da oposição entre passado histórico e prático, pois segundo o autor ela não questiona as pressuposições positivistas sobre as quais ela própria se sustenta<sup>16</sup>.

Gostaríamos de acrescentar mais um ponto nessa crítica, referente a um problema de ordem temporal na base da proposição de Hayden White. Como vimos, o autor entende que a formação do passado histórico implicou, fundamentalmente, um fechamento do olhar do historiador no passado, em detrimento de uma concepção que integra passado, presente e futuro numa unidade temporal dinâmica. White extrai essa caracterização a partir da prescrição metodológica de estudar o passado como um fim em si mesmo (*for its own sake*), para evitar que os preconceitos do presente pudessem comprometer a busca pela verdade (correspondência). Com efeito, essa seria uma boa síntese do objetivismo histórico que prevaleceu nessa historiografia muitas vezes dita “positivista”.

No entanto, é preciso separar a questão pela objetividade da história com a concepção de tempo que motiva e permeia a escrita da história. Devemos lembrar que mesmo nas

---

<sup>13</sup> Apenas para citar um que se tornou clássico: LE GOFF; NORA, 1995. Para ficar ainda no plano da narrativa tradicional, não podemos esquecer de todo o combate que as primeiras gerações dos *Annales* travaram contra a “história-narrativa”, em nome de uma abordagem que pudesse ser chamada de “história total”.

<sup>14</sup> Isso vale inclusive para a questão das técnicas de representação histórica desenvolvidas até aqui. Apenas para dar um exemplo, ver GUMBRECHT, 1999.

<sup>15</sup> Veja-se, por exemplo, a pesquisa coordenada por João Paulo Pimenta sobre a independência do Brasil, e mais exatamente sobre as concepções e valores dos brasileiros da atualidade sobre esse fato histórico, indo além das representações historiográficas canonizadas. Cf. PIMENTA et al., 2014.

<sup>16</sup> “Diferentemente de White, no entanto, creio que a oposição entre o passado ‘histórico’ e ‘prático’ não é suficiente, porque essa oposição não problematiza as pressuposições positivistas sobre as quais a mesma distinção se baseia” (LORENZ, 2014, p. 31).

historiografias mais “positivistas”, o ideal de objetividade não entrava necessariamente em choque com uma concepção de tempo baseado na *continuidade* entre passado, presente e futuro. Este ponto, porém, é central no argumento de White. María Inés Mudrovic, comentando esse mesmo ponto, afirma que, para White, a separação entre passado e presente que garantiria a objetividade do historiador profissional seria só um gesto para reprimir a dimensão prática-moral da historiografia:

Trata-se de uma repressão necessária para uma disciplina com pretensões científicas. A historiografia “oferece-nos lições morais, quer a retenhamos ou não, simplesmente em virtude da organização de suas descrições do passado na forma de estórias”. Para White, este ponto é “difícil de engolir se você está comprometido em contar a verdade, toda a verdade, e nada mais que a verdade no que você diz” (MUDROVIC, 2016, p. 17-18).

No entanto, cremos ser possível questionar a adequação dessa leitura. A história da historiografia é repleta de exemplos nos quais a distinção entre passado histórico e prático não se apresenta, e mais ainda, que a separação clara entre passado e presente operada pelo historiador não era visto como um gesto incompatível com a dimensão prática-moral do seu trabalho. De tal modo que é a própria separação entre o prático e histórico que entraria em questão<sup>17</sup>.

Podemos ilustrar nosso argumento com o exemplo de Diogo de Vasconcellos, reconhecido como o “primeiro historiador” de Minas Gerais, especialmente pela escrita de *História Antiga de Minas Gerais* (1901-1904), seguida de *História Média de Minas Gerais* (1918)<sup>18</sup>. Em sua obra, Diogo de Vasconcellos procurou elaborar uma síntese organizada da história de Minas por uma leitura abrangente das fontes históricas que, naquele momento, estavam sendo reunidas em torno do Arquivo Público Mineiro, fundado em 1895<sup>19</sup>. Seu propósito de produzir uma narrativa sistemática do passado de Minas Gerais se encaixaria, à primeira vista, perfeitamente com a noção de passados históricos.

---

<sup>17</sup> Zoltán Simon já apontou para esse problema: “A sugestão de White de que deveríamos recorrer a ela [a distinção prático-histórico] seria, penso eu, um retorno explícito às preocupações da escrita histórica do século XIX, a qual, mesmo White tem que confessar, estava engajada em um passado que era ao mesmo tempo histórico e prático” (SIMON, 2015, p. 823).

<sup>18</sup> Já houve quem chamasse Diogo de Vasconcellos de “o Heródoto mineiro” (Francisco Campos em obituário sobre Vasconcellos); outros preferiam aproximá-lo de Tucídides (Nelson de Senna, em outro obituário). Ainda hoje esse título de primeiro historiador é reconhecido em alguns trabalhos, cf. ROMERO; SILVEIRA, 2014. Ver também RAMALHO, 2015 e SILVA, 2010.

<sup>19</sup> Sobre a fundação do APM e os impactos na escrita da história de Minas Gerais, ver MEDEIROS e ARAÚJO, 2007; RAMALHO, 2015.

Vejam, porém, o que o autor nos diz no seu livro de 1918:

A história, sendo uma viagem regressiva ao passado, há de ser vista como foi: e, já que não é dado trazer os mortos à luz do nosso dia, temos que nos transportar nós mesmos, sem ilusões, ao dia em que eles viveram. E, se é certo que em menos de um século Minas se considera transformada no gozo de sua atual civilização ridente e próspera, é que pelo menos devemos a nossos antepassados a educação moral, a consciência e a coragem com que venceram suas dificuldades, cooperando com os governos, pois não é, nem pode ser verdade, que a ordem, condição de todo progresso, tenha sua origem ou seja fruto que nasce de gerações turbulentas ou embrutecidas pela anarquia ou pelo despotismo (VASCONCELLOS, 1948, p. 286).

Esta passagem demonstra de maneira clara que a distinção proposta por White deve, no mínimo, ser relativizada. Vasconcellos reconhecia que a história “deve ser vista como foi”, e para isso postula que o historiador deve “transportar-se” para o passado numa “viagem regressiva”. Se assumirmos o conceito de passados históricos de maneira acrítica, diríamos que essa viagem não tem passagem de volta, pois ela pressupõe uma desvinculação com os interesses do presente. Porém, logo a seguir Vasconcellos nos diz exatamente o oposto. É a história (ou o “passado histórico”) que faz reconhecer a continuidade temporal entre passado e presente e, assim, extrair a lição *moral* segundo a qual “a ordem é condição de todo progresso”.

Para Diogo de Vasconcellos, não apenas o passado histórico ilumina o presente, como dele se extrai lições para a vida – assumindo uma função moral/prática. A obra do historiador marianense nos mostra que mesmo a versão mais tradicional do passado histórico não pressupunha um corte radical entre passado e presente, mas que, ao contrário, afirmava a continuidade temporal como base para a assunção de uma certa função moral com forte conteúdo cívico, qual seja, oferecer lições para os contemporâneos em busca de um futuro cada vez melhor (progresso).

Portanto, deve-se relativizar aquela desvinculação radical entre moral/ética e epistemologia que constitui o pano de fundo sobre o qual o par conceitual whiteano se sustenta, bem como a forma da temporalidade que fundamenta a mesma distinção. Isso não implica, porém, que devemos rejeitar completamente a proposta de Hayden White. É o que procuramos demonstrar a seguir.

#### b) *História como saber prático: White e Gadamer*

Como lidar com essas dificuldades? O que nos resta é simplesmente descartar a proposta whiteana? Não cremos. Os problemas e inconsistências que o par conceitual apresentam de fato

limitam o seu emprego como ferramenta de pesquisa e análise; no entanto, isso não elimina o seu valor mais fundamental, que é o de *explorar possibilidades mais amplas da produção histórica, para além da forma de domesticação do tempo que o historicismo nos legou*. O propósito fundamental do par prático-histórico, entendido a partir do conjunto da obra de White, não é de oferecer apenas mais um conceito instrumental para o historiador utilizar em suas pesquisas, mas de levá-lo a pensar sobre o seu próprio ofício e direcioná-lo para a tematização das dimensões práticas da história.

O ponto central do argumento de White, em outras palavras, é de fazer um *chamado* para que o historiador saia de sua zona de conforto, a partir de dois vetores principais: ampliar as técnicas de representação por meio de uma (re)aproximação com a literatura contemporânea; e apontar a necessidade de o historiador interferir na vida prática, isto é, entrar no debate *ético* que permeia o seu próprio presente. Com isso, nossa interpretação defende um julgamento mais equilibrado sobre a proposta dos passados práticos e históricos: reconhecer a sua importância, mas questionando a sua viabilidade em termos “operacionais” para a pesquisa. Nesse sentido, nossa leitura converge com Gabrielle Spiegel (2013): se por um lado o par whiteano aponta corretamente para a questão da responsabilidade ética e moral do historiador, por outro o conceito traz alguns riscos quando é incorporado acriticamente<sup>20</sup>.

O ponto de partida que sustenta nosso argumento é destacar que o par prático-histórico indica a necessidade de conceber a história/historiografia de uma maneira muito mais abrangente do que um mero discurso metodologicamente orientado por um ideal de “objetividade” já bastante conhecido e criticado, mas que ainda se faz presente na produção contemporânea do conhecimento histórico. Assim, as discordâncias apresentadas na seção anterior não eliminam o reconhecimento de que a polêmica aberta por White é importante por buscar um direcionamento para a superação dos ditames que tradicionalmente orientam a pesquisa e a escrita da história<sup>21</sup>.

---

<sup>20</sup> Sobre esse ponto, Gabrielle Spiegel afirma que “ninguém tem argumentado mais fortemente por uma abordagem eticamente responsável e moralmente significativa sobre o passado. Mas eu também diria que isso deveria ocorrer no interior de nossa prática histórica, em vez de ser uma questão de escolha pelo passado prático” (SPIEGEL, 2013, p. 508).

<sup>21</sup> Neste ponto, ressaltamos nossa concordância com Arthur de Lima Avila, para quem essa compreensão oitocentista continua dando sustentação a uma ideia de disciplina histórica que não está adequada a um mundo pós-fundacional. “Dados o notório comportamento dos historiadores em continuar com seu *business as usual* diante de debates teóricos mais contundentes, seu desdém pela teoria da história e a tendência profissional a

Uma maneira de esclarecer esse ponto seria retomar as contribuições de outro teórico importante que dizia algo muito semelhante, ainda que numa perspectiva muito distinta: Hans-Georg Gadamer. Como é sabido, em seu tratado *Verdade e método* (1960) o hermeneuta alemão elaborou toda uma crítica contra a universalidade do método moderno nas ciências do espírito. Neste livro, Gadamer já criticava o corte entre ética e epistemologia levado a cabo com a introdução e progressiva expansão do método moderno nas ciências históricas no século XIX. Contra essa tendência, o autor propõe um retorno à tradição humanista, a qual estava fundamentada em outros conceitos e valores na elaboração do conhecimento histórico.

Na seção “Os conceitos básicos do humanismo”, Gadamer apresenta a ideia de *sensus communis*, que remonta a Aristóteles, e depois apropriado pelos estóicos e chegando até Giambattista Vico com a sua *Ciência Nova*<sup>22</sup>. A definição mais básica desse *sensus communis* seria: um conhecimento da vida prática, que existe em todos os seres humanos e que possibilita a instituição de uma comunidade. O sentido do senso comum não se alimenta do verdadeiro, mas do verossímil; não visa o conhecimento universal abstrato da razão, mas a universalidade concreta de um grupo, de um povo, etc. Essa defesa do verossímil que está presente em Vico ressoa o antagonismo aristotélico entre o saber prático (*phronesis*) e o saber teórico (*sophia*). Ambas são formas distintas do saber: “Ele [Aristóteles] não a considera uma mera faculdade (*dynamis*), mas uma determinação do ser ético, que não pode existir sem o conjunto das ‘virtudes éticas’, assim como estas não podem existir sem aquelas” (GADAMER, 2015, p. 59).

Esse alicerçar das ciências do espírito sobre a noção de *sensus communis* importa especialmente para uma compreensão mais ampliada das ciências históricas – para além dos limites que o método moderno lhe impôs. E isso porque, na tradição humanista, a existência moral e histórica do homem, tal como se configura em seus feitos, está determinada pelo *sensus communis*. Nesse sentido, um conhecimento efetivamente positivo seria aquele que “transmite o senso comum” (GADAMER, 2015, p. 60). Assim, a história adquiria uma forma de saber prático, isto é, da *phronesis*: “A história é, realmente, uma fonte de verdade muito distinta da razão teórica. [...] Seu direito próprio repousa no fato de as paixões humanas não poderem ser regidas pelas prescrições genéricas da razão” (*Ibidem*, p. 60, grifo do autor). Essa centralidade

---

esvaziar e/ou encerrar discussões fundamentais para sua própria sobrevivência, me parece que o tom controverso de White não é somente desejável: é profundamente necessário” (AVILA, 2018, p. 43, nota 42).

<sup>22</sup> Não custa relembrar a importância que Vico teve para a teoria dos tropos e o seu impacto em *Meta-história*.

da dimensão prática do saber histórico resultou, por exemplo, na permanência do *topos historia magistra vitae*, que só viria a ser desestabilizada a partir do século XVIII, justamente com a introdução do método moderno nas ciências históricas, deixando a dimensão prática do senso comum na obscuridade em nome de valores e princípios alheios a essa tradição.

Não interessa aqui expor em detalhes como Gadamer continua a sua argumentação. Nosso ponto é mostrar o paralelo entre essa reflexão e a proposta de White sobre os passados práticos. Ambos questionam a universalidade do método histórico moderno, buscando explorar outras possibilidades para a compreensão histórica para atingir novas experiências de verdade. Todavia, seus argumentos não coincidem totalmente. Gadamer propõe uma reapropriação da tradição (o que não significa de modo algum repeti-la de forma acrítica), enquanto White prefere insistir em uma aproximação com as técnicas artísticas do modernismo literário. O ponto de convergência reside na busca por outras formas de experiência e representação da história, que permitem transgredir os limites que o método moderno impôs à historiografia – ou, diria White, a crítica do passado histórico pela via do passado prático.

Além disso, o problema temporal que indicamos acima é reconduzido por Gadamer de maneira mais precisa, isto é, fundamentado na analítica temporal do *Dasein* feita por Martin Heidegger (2012). Assim, a maneira como o historicismo tratou do problema da distância temporal, isto é, como uma barreira a ser superada pelo intérprete em sua busca por objetividade, é radicalmente transformada por Gadamer: a distância seria a própria condição da compreensão, pois esta não ocorre fora de uma vinculação existencial com a tradição. Assim, a reabilitação dos “preconceitos” levada a cabo em *Verdade e método* não significa de maneira alguma a defesa de um ideário reacionário; trata-se, antes, de situar a compreensão como um círculo virtuoso entre a atualidade e o ter sido a partir do projeto próprio do compreender, indicando a vinculação necessária entre a tradição e a situação do intérprete.

A recorrência a Gadamer serve, portanto, para esclarecer, sob outra chave teórica, o ponto central do argumento de White. Isto é, que a superação dos limites estabelecidos pelo método moderno significa compreender a historiografia como um saber prático. Essa orientação constitui o sentido fundamental da proposta whiteana; algo que muitos historiadores, confortáveis com sua prática corriqueira, nem sempre estão inclinados a ver. Assumir o debate ético é algo que a história não pode se furtar, sob pena de se ver reduzida no debate contemporâneo. Se é verdade que muitos historiadores têm se dedicado a pensar as dimensões

éticas da história<sup>23</sup>, não podemos esquecer o papel que o próprio Hayden White ocupou nesse “giro ético-político”<sup>24</sup> ao longo de sua carreira. E a maneira de o historiador reafirmar-se no debate contemporâneo é lançar-se em experimentações, permitir a surpresa na história, bem como intervir nos assuntos que mobilizam o seu próprio tempo a partir das formas e técnicas coetâneas de representação literária.

## Conclusão

Por mais que o par conceitual seja descrito como simplesmente heurístico (como “tipos-ideais”), podemos questionar a sua viabilidade e utilidade para cumprir sua própria meta, qual seja, contribuir para uma renovação mais abrangente da historiografia que temos hoje. Afinal, não seria essa a própria dimensão “prática” do trabalho de White? Depois de todo esse movimento proposto de (des)construção, o que nos resta? Para nós, a distinção entre passados práticos e históricos não deve ser apreendida de maneira acrítica. No entanto, recusamos a postura de que a proposta de White deve ser totalmente descartada. E isso porque seu valor maior reside, como afirmamos, no *chamado* que ela faz aos historiadores – e que merece ser ouvida com atenção. Tal chamado consiste, como vimos, em assumir dois pontos fundamentais, mutuamente dependentes: por um lado, assumir de maneira clara as dimensões éticas de seu trabalho e o interesse do presente; e buscar enriquecer seu repertório de representação sobre a experiência da história pela via da aproximação com a literatura. Expressa-se, assim, um desejo de lembrar aos historiadores que a História está sempre em perigo, e assumir a postura de fingir que estamos imunes é o caminho mais rápido para a derrota.

---

<sup>23</sup> Cf. MENDES, 2014. SPIEGEL, 2014, TURIN, 2016.

<sup>24</sup> Sobre o “giro ético-político” na historiografia e o papel de Hayden White nesse processo, ver RANGEL; ARAUJO, 2015.

**Referências bibliográficas**

- ÁVILA, Arthur Lima de. (In)disciplinando a história: do passado histórico ao passado prático. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 35-49, jan./jun. 2018.
- BENJAMIN, Walter. *Origem do drama trágico alemão*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- BEVERNAGE, Berber; LORENZ, Chris. Breaking up time: negotiating the borders between past, present and future. *Storia della Storiografia*, v. 63, n. 1, p. 31-50, 2013.
- CALDAS, Pedro. Para além do giro linguístico: uma abordagem existencialista da obra de Hayden White. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 11, p. 272-278, 2013.
- CARVALHO, Augusto de. *História do passado: da conceitualização tradicional à reconfiguração em Walter Benjamin, Martin Heidegger e Sigmund Freud*. 2017. 392 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- CESAR, Temístocles. Hamlet Brasileiro: ensaio sobre giro linguístico e indeterminação historiográfica (1970-1980). *História da Historiografia*, Ouro Preto, v. 17, p. 440-461, 2015.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e Método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Tradução de Flávio Paulo Meurer. 15ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista (SP): São Francisco, 2015.
- GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. *Almanack*, v. 8, p. 44-53, 2014.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Em 1926: vivendo no limite do tempo*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- HARLAN, David. “‘The Burden of History’ Forty Years Later.” In: ANKERSMIT, Frank; DOMANSKA, Ewa. *Re-Figuring Hayden White*. Stanford (EUA): Stanford University Press, 2009, p.169–189.
- HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Trad. Márcia Schuback. Petrópolis, RJ ; Bragança Paulista, SP: Vozes ; Editora Universitária São Francisco, 2012.
- LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Orgs.). *História: novos problemas*. Tradução de Theo Santiago. 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.
- LORENZ, Chris. It Takes Three to Tango: History between the “Practical” and the “Historical” past. *Storia della Storiografia*, v. 65, n.1, p. 29-46, 2014.

- MALEBRBA, Jurandir (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MEDEIROS, Bruno Franco; ARAUJO, Valdei Lopes. A história de Minas como história do Brasil. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 43, n. 1, p. 22-37, jan./jul. 2007.
- MENDES, Breno. “Paul Ricoeur e a narrativa historiográfica: para além do debate epistemológico, a dimensão ética”. In: GARCIA, Fernando; MENDES, Breno; VIEIRA, Andrea. *Teoria da história em debate: modernidade, narrativa, interdisciplinaridade*. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2014, p.59-78.
- MUDROVIC, María Inés. Historical Narrative as a Moral Guide and the Present as History as an Ethical Project. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 21, p. 10-24, ago. 2016.
- OAKESHOTT, Michael. “Historical Experience”. In: *Experience and its Modes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1933.
- PAUL, Herman. *Hayden White: the historical imagination*. Nova York: Polity, 2011. Resenha de: OHARA, João Rodolfo Munhoz. Um Hayden White existencialista: por uma historiografia da libertação. *Revista de Teoria da História*, v. 7, n. 13, p. 287-292, abr. 2015.
- PIMENTA, João Paulo; ATTI, César Augusto; CASTRO, Sheila Virgínia; DIMAMBRO, Nadiesda; LANNA, Beatriz Duarte; PUPO, Marina; VIEIRA, Luiz Otávio. A independência e uma cultura de história no Brasil. *Revista Almanack*, n. 8, p. 2-36, 2014.
- RAMALHO, Walderez Simões Costa. *A historiografia da mineiridade: trajetórias e significados na história republicana do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação – Teoria e História da Historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n.17, p.318-332; abr. 2015.
- RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- ROMEIRO, Adriana; SILVEIRA, Marco Antônio (Org.). *Diogo de Vasconcellos: o ofício do historiador*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.
- SILVA, Rodrigo Machado. O Heródoto mineiro: da tradição monárquica à historiografia republicana. *Revista Temporalidades*, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, p. 56-65, jan./jul. 2010.
- SIMON, Zoltán Boldizsár. History manifested: making sense of unprecedented change, *European Review of History*, v.22, n.5, p.819-834, 2015.

SPIEGEL, Gabrielle. Above, About and Beyond the Writing of History: A Retrospective View of Hayden White's Metahistory on the 40th Anniversary of its Publication. *Rethinking History*, v. 17, n. 4, p. 492–508, 2013.

\_\_\_\_\_. The future of the past: history, memory and the ethical imperatives of writing history. *Journal of philosophy of history*, v. 8, p. 149-179, 2014.

TURIN, Rodrigo. Uma nobre, difícil e útil empresa: o ethos do historiador oitocentista. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 2. p. 12-28, mar. 2009.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado prático e o passado histórico: as figurações do historiador no Brasil contemporâneo*. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

VASCONCELLOS, Diogo L. A. P. de. *História média das Minas Gerais*. 2. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1948 [1918].

WHITE, Hayden. *Metahistory: the historical imagination on the 19th century*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1973.

\_\_\_\_\_. *The content of the form: narrative discourse and historical representation*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1987.

\_\_\_\_\_. "O fardo da história". In: *Trópicos do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_. O evento modernista. *Lugar comum*, n. 5-6, p. 191-219, 1999.

\_\_\_\_\_. The practical past. *Historien*, v. 10, p. 10-19, 2010.

\_\_\_\_\_. Politics, history and the practical past. *Storia della Storiografia*, v. 1, n. 61, 2012. p. 127-134.

\_\_\_\_\_. *The practical past*. Evanston: Northwestern University Press, 2014.